



ENTRADA
13 MAIO 2025

Ass. do Func. COASP



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

À Publicação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.	
Em	28/05/2025
DIR. LEGAL	Fls. 02
	

PROJETO DE LEI Nº 170/2025.

Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a audiodescrição nos sites e plataformas digitais mantidos pelo Governo do Estado do Tocantins, a fim de promover a inclusão digital de pessoas com deficiência visual, transtorno da dislexia, patologias visuais ou outras condições que dificultem a leitura, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a audiodescrição nos sites e plataformas digitais mantidos pelo Governo do Estado do Tocantins, a fim de promover a inclusão digital de pessoas com deficiência visual, transtorno da dislexia, patologias visuais ou outras condições que dificultem a leitura e a compreensão de textos.

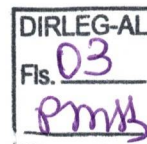
§1º Entende-se por audiodescrição a tecnologia que converte textos em áudio de forma automática, clara e acessível, utilizando ferramentas de processamento de linguagem natural.

§2º Incluem-se entre as condições abrangidas, retinopatia diabética, degeneração macular, deficiências cognitivas leves, que exige alternativas de acesso.

Art. 2º São objetivos desta Lei:

I- promover a acessibilidade, a inclusão social e digital, assegurando que pessoas com dificuldades de leitura tenham pleno acesso às informações públicas;

II - democratizar a informação, ampliando o alcance dos conteúdos digitais do governo estadual a um público diversificado independente de barreiras de leitura;



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

III - garantir eficiência na comunicação pública, utilizando a audiodescrição como ferramenta para transmitir informações de forma rápida, clara e inclusiva;

IV - facilitar o acesso à informação como direito fundamental, atendendo às necessidades de cidadãos que necessitam ou preferem utilizar conteúdos por meio de áudio.

Art. 3º São diretrizes da presente Lei:

I- proporcionar a ausência de barreiras significativas para acessar informações digitais, essencialmente textuais, nos sites governamentais;

II - atender às necessidades de inclusão digital de grupos vulneráveis, reduzindo a exclusão social;

III - fortalecer a transparência pública, ampliando o alcance das informações e promovendo uma gestão mais democrática;

IV - adequar o estado do Tocantins às normas de acessibilidade digitais, posicionando-o como referência em inclusão;

V - otimizar recursos públicos com tecnologias de baixo custo e alta eficiência.

Art. 4º Para efeitos desta Lei considera-se o disposto na legislação vigente:

I - a Lei Federal no 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, que prevê a obrigatoriedade de acessibilidade em sítios eletrônicos públicos, nos termos do seu Art. 63;

II - a Lei Federal nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade;

III - o Decreto Federal no 5.296/2004, que regulamenta a acessibilidade em meios digitais e inclui a audiodescrição;

IV - a Lei Federal no 12.527/2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII, art. 50, inciso II, § 3º, art. 37 e no § 2º, art. 216 da Constituição



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Federal; altera a Lei no 8.112/1990; revoga a Lei no 11.111/2005 e dispositivos da Lei no 8.159/1991.

Art. 5º A audiodescrição poderá ser implementada em todos os sites do Governo do Estado do Tocantins por meio de tecnologias que convertam textos em áudio de forma automatizada, com alta qualidade, atendendo a padrões internacionais como a WCAG 2.1 ou equivalentes.

§ 1º A implementação poderá iniciar-se seguindo as seguintes etapas:

I - aplicação da audiodescrição em sites governamentais prioritários, com testes e ajustes, incluindo consulta a associações de pessoas com deficiência;

II - treinamento das equipes de TI e comunicação do governo estadual, com suporte técnico contínuo;

III - expansão para todos os sites estaduais após a fase de têstes.

§ 2º O Poder Executivo poderá firmar parcerias com empresas de tecnologia e instituições especializadas em acessibilidade para viabilizar a implementação de audiodescrição

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, aos 06 dias do mês de maio de 2025.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

JUSTIFICATIVA

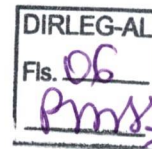
A audiodescrição é um recurso que traduz imagens em palavras, permitindo que pessoas cegas ou com baixa visão consigam compreender conteúdos audiovisuais ou imagens estáticas, como filmes, fotografias, peças de teatro, entre outros. O direcionado ao público com deficiência visual, mas pode beneficiar outros públicos com outras deficiências e idosos, permitindo um acesso mais amplo.

A importância da audiodescrição reside na promoção da inclusão social e na garantia do direito à informação. Ao proporcionar acesso a conteúdo que, de outra forma, seriam inacessíveis, a audiodescrição desempenha um papel crucial na educação e na cultura. Isso não apenas beneficia as pessoas com deficiência visual, mas também sensibiliza a sociedade sobre a necessidade de criar ambientes mais inclusivos e acessíveis para todos.

A proposta está alinhada à Lei no 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, que prevê a obrigatoriedade de acessibilidade em sítios eletrônicos públicos, nos termos do seu Art. 63; ao Decreto Federal nº 5.296/2004, a Lei Federal no 10.098/2000, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade: ao Decreto Federal no 5.296/2004, que regulamenta a acessibilidade em meios digitais e inclui a audiodescrição e

a Lei Federal no 12.527/2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII, art. 50, inciso II, § 3º, art. 37 e no § 2º, art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112/90, revoga a Lei no 11.111/2005 e dispositivos da Lei nº 8.159/1991.

Estima-se um custo inicial acessível, com a possibilidade de parcerias público privadas. A implementação da audiodescrição poderá ser detalhada na sua regulamentação. Além de cumprir um dever legal, o projeto reduz a exclusão de



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

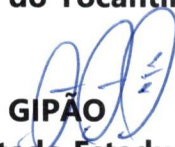
grupos vulneráveis, fortalece a cidadania e posiciona o Piauí como referência em inclusão digital, impactando positivamente centenas de milhares de cidadãos.

Estatística (IBGE). No Brasil, a deficiência visual era a segunda deficiência com maior prevalência na população, atingindo um indicador de cerca de 3,1%, abaixo do índice Tocantinense.

Alem de patologias visuais, o Projeto também destaca o transtorno da dislexia que é caracterizada por um comprometimento específico e isolada da leitura e da ortografia. Que não pode ser explicado por atraso no desenvolvimento das habilidades cognitivas ou baixa inteligência. No entanto, é muito difundido o preconceito de que pessoas com dislexia (também chamada de transtorno de leitura e ortografia) são pouco inteligentes inadequadas para o ensino fundamental.

Ademais, condições como retinopatia diabética, glaucoma, degeneração macular e outras dificuldades de leitura afetam milhares de piauienses. Os sites governamentais, como fontes primárias de informação pública, devem ser acessíveis a todos, e a audiodescrição é a solução ideal.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos meus nobres colegas para sua aprovação. **Sala das sessões, estado do Tocantins, aos 06 dias do mês de maio de 2025.**


GIPÃO
Deputado Estadual

Imprimir



Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento: **P8f2ceb863db24efaaa9d26735d630f91K13924**

Autor: **GIPÃO**

Descrição: **Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a audiodescrição nos sites e plataformas digitais mantidos pelo Governo do Estado do Tocantins, a fim de promover a inclusão digital de pessoas com deficiência visual, transtorno da dislexia, patologias visuais ou outras condições que dificultem a leitura, e dá outras providências.**

Tipo de Proposição:
Projeto de Lei da Casa

Enviada por:
ALDAIR COSTA SOUSA
(dep.gipao.sousa)

Data de Envio:
06/05/2025 09:12:32

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

GIPÃO

